

CONTAS NO VERMELHO

## Governo de MS acumula deficit e prefeitura da Capital estoura limite da folha

Balanços mostram que despesas avançam mais que as receitas

OSVALDO JÚNIOR E PAULA VITORINO

Tanto o governo de Mato Grosso do Sul quanto a Prefeitura de Campo Grande apresentam contas em situação crítica. As receitas totais do Estado reduziram, neste ano (até agosto), 1,48%, e as despesas aumentaram 2,9%, resultando em deficit de R\$ 258 milhões. Já a Capital eleva acentuadamente a despesa com folha e descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

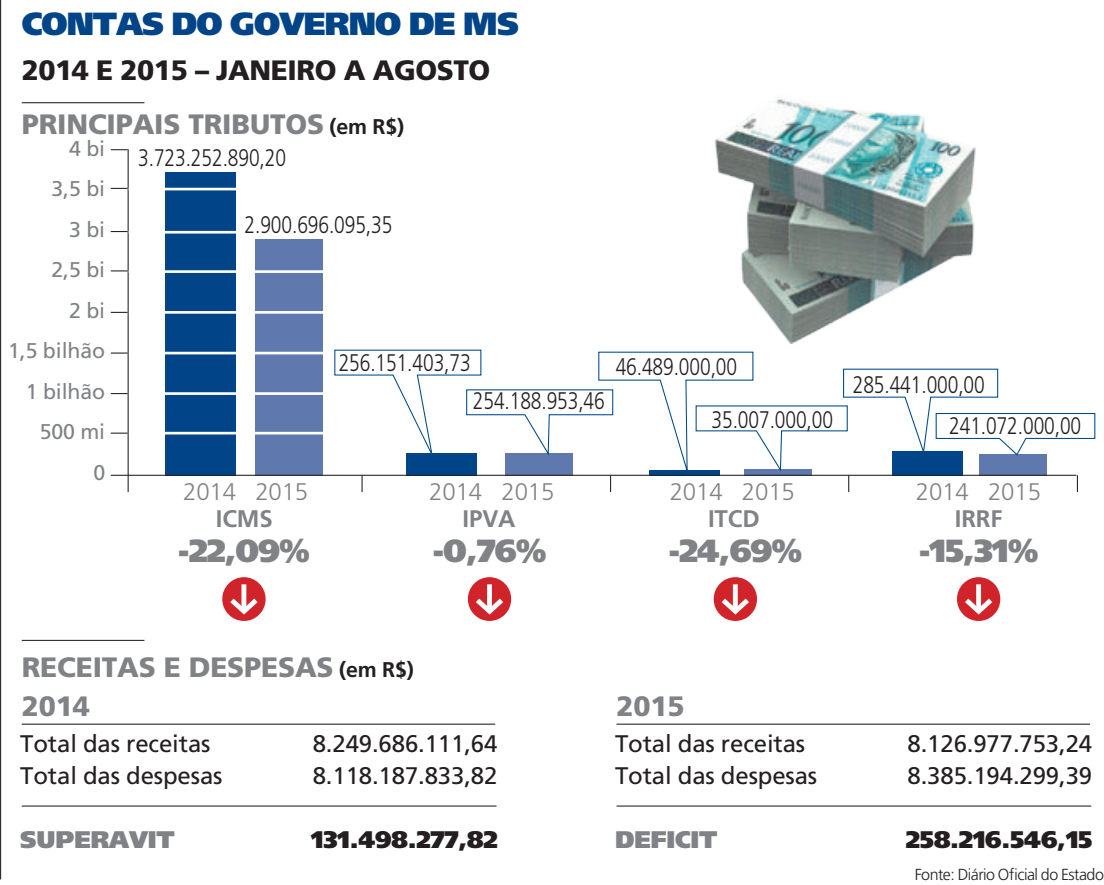


FINANÇAS PÚBLICAS. Governo de MS e prefeitura da Capital apresentam situação crítica em suas contas

## Despesas superam receitas em R\$ 258,21 milhões

O governo de Mato Grosso do Sul chegou a agosto com as contas no vermelho: no acumulado do ano até este mês, o deficit é de R\$ 258,216 milhões, conforme relatório de execução orçamentária publicado na edição de ontem do Diário Oficial do Estado. As receitas somaram R\$ 8,126 bilhões, queda de 1,48% em relação ao valor de igual período de 2014, de R\$ 8,249 bilhões. Já as despesas subiram 2,95%, de R\$ 8,118 bilhões para R\$ 8,385 milhões. No ano passado, no mesmo intervalo, as contas estaduais estavam positivas em R\$ 131,498 milhões. O saldo recuou, assim, 296% na comparação entre os acumulados de janeiro a agosto deste ano e de 2014.

Nos anos anteriores, de acordo com relatórios publicados no Diário Oficial, os resultados foram superavitários para o período. O quadro crítico das contas estaduais neste ano (ao menos até o mês de agosto) pode ser dimensionado se comparado o deficit atual com os saldos dos últimos anos,



todos positivos: em 2013, o superavit foi de R\$ 305,268 milhões; em 2012, de R\$ 199,575 milhões; em 2010 (situação não muito confortável), de R\$ 1,14 milhão; e

em 2009, R\$ 341,23 milhões. O desaquecimento das atividades econômicas está entre os fatores deste cenário. Com a retração do consumo das famílias e o desempenho

menor das empresas, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) encolheu 22,09% de janeiro a agosto de 2014, a receita com

esse tributo foi de R\$ 3,723 bilhões, e nos mesmos meses de 2015, o montante foi de R\$ 2,9 bilhões. Os valores proporcionados por outros impostos e pelas transferências constitucionais também foram reduzidos. Segundo o relatório, a receita com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) caiu 24,69% (de R\$ 46,489 milhões para R\$ 35,007 milhões) e com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) recuou, ligeiramente, 0,76% (de R\$ 256,151 milhões para R\$ 254,188 milhões). Também o montante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) caiu: de R\$ 285,441 milhões para R\$ 241,072 milhões (variação de -15,31%).

**SERVIDORES**  
Por outro lado, o governo tem elevado seus desembolsos, entre os quais está o gasto com servidores. Nos últimos 12 meses, encerrados em agosto deste ano, a despesa total com pessoal (DTP) do Executivo Estadual foi de R\$ 3,467 bilhões, compro-

metendo 41,89% da receita corrente líquida (RCL), de R\$ 8,277 bilhões – o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), neste caso, é de 49%. O incremento da folha foi de 13,85% sobre o valor correspondente a setembro de 2013 a agosto de 2014 (R\$ 3,045 bilhões) – este montante correspondia a 39,69% da RCL do período (R\$ 7,672 bilhões). O comprometimento da receita com a folha de setembro de 2014 a agosto deste ano (de 41,89%) só é inferior ao dos 12 meses fechados em agosto de 2010, quando a DTP (R\$ 2,15 bilhões) equivalia a 42,76% da RCL (R\$ 5,028 bilhões).

**À ESPERA DO ALÍVIO**  
A situação crítica das contas do governo deve ser amenizada em razão de valor adicional de R\$ 1,149 bilhão – esta cifra ainda não aparece no relatório publicado ontem, que é referente até agosto. O montante, que corresponde a 70% dos depósitos judiciais, foi transferido ao Tesouro Estadual em setembro. A operação é prevista na Lei Complementar 201, decorrente da Lei Complementar Federal 151, de 5 de agosto de 2015. Com o dinheiro, o Estado cobrirá despesas mensais, que somam R\$ 160 milhões. Isso aliviará as contas estaduais, permitindo ao governo reserva para o 13º do funcionalismo e pagamentos diversos.

O recurso, conforme prevê a lei, deve ser usado para pagamento de dívidas públicas fundadas (juros da dívida com a União), equilíbrio atuarial da previdência social (valor que o Estado desembolsa mensalmente para cobrir o deficit da previdência) e pagamento de precatórios judiciais de pequeno valor (montante que o governo transfere mensalmente ao Judiciário, que equivale a 1,5% da receita estadual). Esses compromissos demandam, assim, R\$ 160 milhões mensais. Por pelo menos dez meses o governo não precisará se preocupar com a entrada de dinheiro para pagar essas despesas, pois já tem em sua conta R\$ 1,416 bilhão para esses fins. **(OJ)**

## Gasto com servidores compromete 54,44% da receita do município

A prefeitura da Capital estourou o limite legal para gasto com a folha de pagamento. De acordo com relatório da gestão fiscal, publicado no Diário Oficial de Campo Grande e apresentado ontem pelo secretário municipal de Planejamento, Finanças e Controle, Disney de Souza Fernandes, a despesa líquida com pessoal, acumulada em 12 meses, encerrados em agosto deste ano, soma R\$ 1,323 bilhão. O mon-

tante representa 54,44% da receita corrente líquida (RCL), que foi de R\$ 2,43 bilhões no período. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que o Executivo Municipal desembolse com servidores valor equivalente a até 54% da receita. Com o descumprimento da lei, a administração municipal corre risco de sofrer penalidades administrativas, como não receber recursos de transferências voluntárias nem contratar

operações de crédito, e até cassação de mandato. “Lamentavelmente, Campo Grande hoje está com esta situação. Isso é um desrespeito, uma afronta violenta com a lei de responsabilidade fiscal”, afirmou o prefeito Alcides Bernal. Para reverter o quadro, ele informou que os cargos comissionados já foram reduzidos em torno de 30%, o que equivale a cerca de 600 funcionários demitidos.

O percentual expressivo de comprometimento da receita com a folha decorre de incremento acentuado desta despesa. Apenas neste ano (de janeiro a agosto), o desembolso com pessoal aumentou 44%. Conforme a Lei 101/2000 ou LRF, que estabelece normas de finanças públicas, quando o Executivo Municipal passa do limite de 54% (na relação entre despesa com folha e receita), deve eliminar o percentual ex-

cedente nos dois quadrimestres seguintes. Para isso, não deverá, por exemplo, criar cargos e funções. Caso não consiga fazer esta redução no prazo determinado, sofre penalidades diversas. **QUEDA DO SUPERAVIT**  
De janeiro a agosto de 2015, a prefeitura acumula superavit primário de R\$ 107,88 milhões: a receita somou R\$ 1,784 bilhão e a despesa, R\$ 1,677

bilhão. Isso não significa, entretanto, que a situação das contas do município esteja tranquila, uma vez que, neste saldo, são consideradas apenas as despesas liquidadas, e não as empenhadas (que ainda não foram processadas). Na comparação com o mesmo período de 2014, a despesa (alta de 13,7%) aumentou três vezes mais que a receita (4,38%). Com isso, o superavit deste ano é 53,9% menor que o acumulado de janeiro a agosto do ano passado. **(OJ e PV)**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 106/LABR/SBPP/2015**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, de patrulhamento móvel para atuação em áreas internas e externas (pátio, área perimetral e calçadas), nas dependências do Aeroporto Internacional de Ponta Porã/MS. Edital: [www.infraero.gov.br](http://www.infraero.gov.br) no ícone Licitações. Abertura: 14/10/2015, às 9h. Informações: [licitabr@infraero.gov.br](mailto:licitabr@infraero.gov.br), fone (61) 3312-2576/3712.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/BACG/2015**

OBJETO: Registro de preços de material laboratorial. Abertura das propostas no dia 14/10/2015 às 9h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Edital disponível, a partir do dia 01/10/2015, no [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**NEGÓCIOS**

### Governo negocia com chineses

O governador Reinaldo Azambuja participou ontem de uma audiência com o presidente da Câmara Brasil China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), Wang Dian Xing, com o objetivo de discutir novos investimentos para Mato Grosso do Sul nas áreas de exportação de produtos diversos e turismo. A próxima visita dos chineses deve ocorrer em dezembro deste ano.